



APROVADO

40ª Sessão Ordinária - 01/07/2024
ROMERINHO JATOBÁ
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR CARLOS MUNIZ

Requeremos à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada a Transcrição nos Anais desta Casa Legislativa do texto intitulado “Anotações sobre os 115 anos do IITB”, publicado no Caderno “Opinião”, na edição do dia 17 de junho de 2024, do Diário de Pernambuco, e disponível no endereço eletrônico <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniaio/2024/06/anotacoes-sobre-os-115-anos-do-iitb.html>.

Dê-se ciência da aprovação deste Requerimento ao **Dr. Manoel Carneiro**, com endereço na Rua Neto Campelo, nº 70, Apto. 1702, Bairro Torre, Recife-PE, CEP: 50.710-450; ao **Dr. Paulo Jean de Barros**, Diretor do Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB), com endereço na Rua da Aurora, nº 1633, Bairro Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.040-090; ao **Dr. Renato Rocha**, Chefe de Polícia Civil de Pernambuco, com endereço na Rua da Aurora, nº 405, Bairro Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.040-090; ao **Dr. Pedro Henrique Neves**, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco, com endereço na Rua da Aurora, nº 387, Bairro Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.040-090; e ao **Dr. Alessandro Carvalho**, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, com endereço na Rua São Geraldo, nº 111, Bairro Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 50.040-020.

“Anotações sobre os 115 anos do IITB

Manoel Carneiro

Ex-Diretor do IITB no último Governo de Miguel Arraes e Chefe de Polícia nos Governos de Jarbas Vasconcelos e Eduardo Campos

De acordo com o historiador Pereira da Costa, patrono da cadeira nº 32/40, da Academia Pernambucana de Letras, na sua obra “Anais Pernambucanos”, o primeiro serviço regular de Polícia Judiciária em Pernambuco ocorreu com a instalação do Governo Provisório da Revolução Pernambucana, quando foi criado o Tribunal de Polícia e designado o Patriota Felipe Nery Ferreira para ocupar o cargo de Juiz Ordinário do Crime e Polícia da Vila do Recife, em 13 de abril de 1817, sendo essa a Data Magna da Polícia Civil de Pernambuco que o tem como patrono.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR CARLOS MUNIZ

O historiador Carlos Bezerra Cavalcanti, no livro “Polícia Civil de Pernambuco (Origem e Evolução Histórica)”, – lançado em 03 de dezembro de 2008, quando da inauguração, com a presença do Governador Eduardo Campos, do Centro Administrativo-Operacional da Polícia Civil, no prédio nº 487, da rua da Aurora, descreve a evolução dos serviços policiais em Pernambuco desde a criação das Prefeituras e Chefaturas de Polícia, a regulamentação e atribuições da Polícia Judiciária em códigos processuais do passado e a criação de órgãos do que viria a ser a futura polícia científica. De acordo com esse livro, o Gabinete de Identificação foi criado no governo de Herculano Bandeira de Melo, pela Lei nº 968, de 28 de junho de 1909.

Em 31 de outubro de 1917, mediante o Ato nº 205, do Governador Manuel Borba, foi redenominado para Serviço de Identificação e Estatística Criminal de Pernambuco, acrescenta Carlos B Cavalcanti.

No Governo Eraldo Gueiros Leite foi instituída a Polícia de Carreira, com a criação do quadro de pessoal policial e a exigência de concurso público para o preenchimento dos diversos cargos criados, conforme a Lei nº 6.657, de 07.de janeiro de 1974, ou seja, há 50 anos. Nela, o artigo 8º dispõe sobre o Departamento de Polícia Científica, compreendendo o Instituto de Polícia Técnica, o Instituto de Identificação e o Instituto de Medicina Legal.

O primeiro concurso público para o preenchimento de 37 cargos de Dactiloscopista Policial foi realizado em 1977 pela Academia de Polícia, no Governo Moura Cavalcanti.

Em 1997, no Governo Miguel Arraes, o IITB passou por um grande processo de modernização e alteração de rotinas internas para participar do Programa Estadual Expresso Cidadão, inicialmente denominado Rapidinho. O primeiro Expresso Cidadão foi inaugurado em 17 de junho de 1998, no Parque de Exposição de Animais do Cordeiro, disponibilizando vários serviços públicos à população.

O Decreto nº 20.581/98, do Governador Miguel Arraes, alterou a denominação para Instituto de Identificação Tavares Buril, numa justa homenagem pelos seus 26 anos de dedicação e profissionalismo como Diretor.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR CARLOS MUNIZ

Diariamente, o IITB presta inúmeros serviços à população pernambucana, todos acessíveis pelo seu portal de serviços: iitb.pe.gov.br/requerimentos.php, além de atender a requisições do sistema de justiça e segurança pública do estado.

Atualmente conduzido pelo competente Delegado Paulo Jean de Barros, o IITB busca constantemente o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, com atualização das tecnologias atualmente existentes.

Os peritos papiloscopistas do IITB, na sua atividade mais demandada – a preparação da carteira de identidade, aplicam o sistema criado em 1903 pelo iugoslavo, naturalizado argentino, Juan Vucetich, que definiu a dactiloscopia como a ciência que se propõe a identificar as pessoas por meio das impressões digitais, que formam padrões pessoais únicos. Esporadicamente, essa técnica é também por eles utilizada em situações complexas e excepcionais como, por exemplo, a identificação de pessoas vítimas de gravíssimos acidentes que exigem a participação multidisciplinar de peritos e médicos-legistas, como a queda do avião da Air France, em 2009 e do avião da Noar, em 2011. Os serviços especializados do IITB também contribuem para a instrução de Inquéritos Policiais quando realizam exames em locais de crimes na busca de vestígios de fragmentos datiloscópicos, objetivando a identificação de autores e vítimas, além da elaboração de retratos falados.

Nas comemorações dos 115 anos de criação, além das merecidas reverências aos pioneiros pela participação na consolidação da missão institucional do IITB, impõe-se o reconhecimento contemporâneo a todos os profissionais que desempenham ou desempenharam os seus trabalhos contribuindo positivamente para a evolução da sociedade, obreiros da cidadania que são, valendo, por fim, refletir sobre essa relevante atividade a partir do que dispõe o Livro de Jó 37:7, na Bíblia Sagrada: “Ele sela as mãos de todo o homem, para que conheçam todos os homens a sua obra.””

(Publicado em: 17/06/2024, às 3h, e Atualizado em: 17/06/2024, às 6h33)

JUSTIFICATIVA

Nossa condição de Representante do Povo da cidade do Recife nos dá a prerrogativa de fazer registrar, nos Anais desta Casa de ressonância dos anseios populares, posicionamentos públicos de Órgãos e cidadãos, que tenham relevância para as instituições municipais, ao mesmo tempo em que servem para o fortalecimento da democracia.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR CARLOS MUNIZ

O texto publicado no sítio eletrônico do Diário de Pernambuco, de autoria do Dr. Manoel Carneiro, ex-Diretor do Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB) no último Governo de Miguel Arraes e Chefe de Polícia nos Governos de Jarbas Vasconcelos e Eduardo Campos, e que agora buscamos transcrever, é de grande valia não só para o recifense, mas para todo o povo pernambucano, seja pelo zelo literário facilmente identificado, seja pela relevância do Órgão que acaba de completar 115 anos.

A grandeza na forma como apresenta o texto, que enaltece e valoriza o Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB), denota o carinho que seu autor tem pelo referido Órgão, lembrando sua história desde o seu nascedouro, com a instalação do Governo Provisório da Revolução Pernambucana, quando foi criado o Tribunal de Polícia e designado o Patriota Felipe Nery Ferreira para ocupar o cargo de Juiz Ordinário do Crime e Polícia da Vila do Recife, em 13 de abril de 1817, até os dias atuais, em que busca constantemente o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, com atualização das tecnologias atualmente existentes.

Traz ao leitor, através de linguagem extremamente simples e precisa, sobretudo quanto a datas, a relevância da história e do trabalho prestado ao Sistema de Justiça e Segurança Pública do Estado de Pernambuco pelo Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB).

Portanto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal do Recife, 25 de Junho de 2024.

CARLOS MUNIZ
Vereador - PSB





Manoel Carneiro *

Anotações sobre os 115 anos do IITB

De acordo com o historiador Pereira da Costa, patrono da cadeira nº32/40, da Academia Pernambucana de Letras, na sua obra "Anais Pernambucanos", o primeiro serviço regular de Polícia Judiciária em Pernambuco ocorreu com a instalação do Governo Provisório da Revolução Pernambucana, quando foi criado o Tribunal de Polícia e designado o Patriota Felipe Nery Ferreira para ocupar o cargo de Juiz Ordinário do Crime e Polícia da Vila do Recife, em 13 de abril de 1817, sendo essa a Data Magna da Polícia Civil de Pernambuco que o tem como patrono.

O historiador Carlos Bezerra Cavalcanti, no livro "Polícia Civil de Pernambuco (Origem e Evolução Histórica)", - lançado em 03 de dezembro de 2008, quando da inauguração, com a presença do Governador Eduardo Campos, do Centro Administrativo-Operacional da Polícia Civil, no prédio nº487, da rua da Aurora, descreve a evolução dos serviços policiais em Pernambuco desde a criação das Prefeituras e Chefaturas de Polícia, a re-

gulamentação e atribuições da Polícia Judiciária em códigos processuais do passado e a criação de órgãos do que viria a ser a futura polícia científica. De acordo com esse livro, o Gabinete de Identificação foi criado no governo de Herculano Bandeira de Melo, pela Lei nº 968, de 28 de junho de 1909.

Em 31 de outubro de 1917, mediante o Ato nº 205, do Governador Manuel Borba, foi redenominado para Serviço de Identificação e Estatística Criminal de Pernambuco, acrescenta Carlos B Cavalcanti.

No Governo Eraldo Gueiros Leite foi instituída a Polícia de Carreira, com a criação do quadro de pessoal policial e a exigência de concurso público para o preenchimento dos diversos cargos criados, conforme a Lei nº6.657, de 07 de janeiro de 1974, ou seja, há 50 anos. Nela, o artigo 8º dispõe sobre o Departamento de Polícia Científica, compreendendo o Instituto de Polícia Técnica, o Instituto de Identificação e o Instituto de Medicina Legal.

O primeiro concurso público para o preenchimento de 37 cargos de

Dactiloscopista Policial foi realizado em 1977 pela Academia de Polícia, no Governo Moura Cavalcanti

Em 1997, no Governo Miguel Arraes, o IITB passou por um grande processo de modernização e alteração de rotinas internas para participar do Programa Estadual Expresso Cidadão, inicialmente denominado

Diariamente, o IITB presta inúmeros serviços à população pernambucana, todos acessíveis pelo seu portal

Rapidinho. O primeiro Expresso Cidadão foi inaugurado em 17 de junho de 1998, no Parque de Exposição de Animais do Cordeiro, disponibilizando vários serviços públicos à população.

O Decreto nº 20.581/98, do Governador Miguel Arraes, alterou a denominação para Instituto de Identificação Tavares Buriel, numa justa homenagem pelos seus 26 anos de dedica-

ção e profissionalismo como Diretor. Diariamente, o IITB presta inúmeros serviços à população pernambucana, todos acessíveis pelo seu portal de serviços: iitb.pe.gov.br/requerimentos.php, além de atender a requisições do sistema de justiça e segurança pública do estado.

Atualmente conduzido pelo competente Delegado Paulo Jean de Barros, o IITB busca constantemente o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, com atualização das tecnologias atualmente existentes.

Os peritos papiloscopistas do IITB, na sua atividade mais demandada - a preparação da carteira de identidade, aplicam o sistema criado em 1903 pelo iugoslavo, naturalizado argentino, Juan Vucetich, que definiu a dactiloscopia como a ciência que se propõe a identificar as pessoas por meio das impressões digitais, que formam padrões pessoais únicos. Esporadicamente, essa técnica é também por eles utilizada em situações complexas e excepcionais como, por exemplo, a identificação de pessoas vítimas de gravíssimos acidentes que exigem a participação multidisciplinar de peritos e médicos-legistas, como a que-

da do avião da Air France, em 2009 e do avião da Noar, em 2011. Os serviços especializados do IITB também contribuem para a instrução de Inquéritos Policiais quando realizam exames em locais de crimes na busca de vestígios de fragmentos dactiloscópicos, objetivando a identificação de autores e vítimas, além da elaboração de retratos falados.

Nas comemorações dos 115 anos de criação, além das merecidas reverências aos pioneiros pela participação na consolidação da missão institucional do IITB, impõe-se o reconhecimento contemporâneo a todos os profissionais que desempenham ou desempenharam os seus trabalhos contribuindo positivamente para a evolução da sociedade, obreiros da cidadania que são, valendo, por fim, refletir sobre essa relevante atividade a partir do que dispõe o Livro de Jó 37:7, na Bíblia Sagrada: "Ele sela as mãos de todo o homem, para que conheçam todos os homens a sua obra."

*** Ex-diretor do IITB no último governo de Miguel Arraes e chefe de Polícia nos governos de Jarbas Vasconcelos e Eduardo Campos**



Ivan Pinto da Rocha *

Ilegal exclusão de dependentes de Seguro Saúde

As operadoras de seguro realizam a saúde suplementar no território brasileiro, tentando impor regras canhestras, violar direitos e princípios básicos e fundamentais dos consumidores, cada dia que passa, consegue se superar neste quesito, demonstrando um caráter malsão sem precedentes.

Logo no início da vigência do marco regulatório da assistência à saúde resolveram fazer "beicinho" e simplesmente suspenderam a comercialização de contratos individuais ou familiares, exatamente para não ficarem submetidos aos tetos de reajustes divulgados pelo órgão regula-

dor (ANS), sempre em menor percentual, bem como para juridicamente tentarem (em vão) forjarem uma relação contratual igualitária e muitas vezes induzirem juízos em manifestos equívocos, muito embora ainda pacífica a regência do CDC, mesmo na contratação coletiva ou empresarial (ver Súmula 608 do STJ).

A alegação de desequilíbrio na carteira securitária induz uma "pós-verdade", algumas vezes equivocadamente assimiladas por magistrados, já que os lucros divulgados nos balanços vão na contramão da alegação. "Dizer e não provar, é não dizer". O fato é que

se lucra muito com a saúde suplementar e quem coloca um produto no mercado tem obrigação de cumprir o escopo da prestação de serviços, atendendo a saúde pública e sub-rogando às vezes do Governo.

Não se perca de vista que as operadoras primeiro assumem perante o Estado o compromisso supletivo de exercer o respectivo mister, mediante o direito de comercializar produtos de assistência médico-hospitalar, em troca do recebimento de um prêmio previsto em contrato de assistência à saúde com o consumidor, numa relação angular: Estado-operadora;

consumidor-operadora.

Com o passar dos tempos, além de não comercializarem contratos individuais e familiares, forçam as pessoas que ainda mantêm tal pacto antigo com elas a migrarem para uma contratação coletiva ou empresarial, a pressão é tão grande que chegam ao ponto de excluir dependentes, após a implementação de idade, com base em cláusulas contratuais sem nenhuma eficácia no mundo jurídico.

Graças ao judiciário brasileiro a tendência dos tribunais é rechaçarem esta prática, a quem o procurar, ajuizando ações, contudo, o lobby das opera-

doras poderá dar ensejo a uma norma jurisprudencial obrigatória e mudar esta tendência, caso não exista esclarecimento e pressão reversa das entidades de defesa dos consumidores.

Ora, chega a ser jocoso imaginar um contrato familiar sem dependente da família, além do conceito de dependência econômica ir de encontro a vontade das partes. Negar a vontade do consumidor, que se compromete a continuar a pagar o prêmio, é forçar a desistência do pacto e usurpar a perpetuidade da assistência à saúde, obrigação mínima de quem assume às vezes do Estado.

*** Advogado, mestrando em direito pela Unicap e membro do IAP**

DIÁRIO de PERNAMBUCO
Fundado em 1825 por
Antonino José de Miranda Falcão

DIRETORIA

Presidente Carlos Frederico A. Vital	Diretora de Jornalismo Paula Losada	Diretor de Redação Augusto Maia Leite
--	---	---

Editores: Tatiana Nctaro | **Editores:** Amanda Azevedo, Gustavo Lucchesi, Juliana Sampaio, Marcos Leandro, Pedro Ivo Bernardes, Ricardo Novelino e Wladimir Paulino | **Coordenador de arte:** Ira Oliveira

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIÁRIO:
Leitor: 81 2122 7500 assinante: 3320 2020 (capa) 0800-2818822 (atendimento) Depart. Comercial e Marketing: 81 21227888/7892

VENDA AVULSA

Localidade	TERÇA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO
PE	R\$ 3,00	R\$ 5,00
PB	R\$ 3,00	R\$ 5,00
Outros estados	R\$ 4,00	R\$ 8,00

Baixe o nosso novo app: **DP DIGITAL** Disponível na Play Store e na App Store

ASSINATURAS*

	PE / PB	Outros estados
segunda a domingo:		
anual	R\$ 990,50	R\$ 1.872,00
semestral	R\$ 495,25	R\$ 938,50
sábado e domingo:		
anual	R\$ 260,00	R\$ 624,00